



7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Vladimir Segalla Afanasieff

Rua XV de Novembro, 251 - 1º andar - Centro
Tel.: (XX11) 3116-7600 - Email: 7rtd@7rtd.com.br - Site: www.7rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 2.088.029 de 24/10/2023

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **40 (quarenta) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 24/10/2023, protocolado sob nº 2.094.687, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **2.088.029** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 no Livro de Registro B deste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:
CESSÃO ELETRÔNICA

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

JULIANA OLIVEIRA CARDOSO:37013222879(Padrão: ICP-Brasil)
ESTEVAM BORALI:(Padrão: ICP-Brasil)
JULIANA MAYUMI NAGAI:44326577827(Padrão: ICP-Brasil)
GILBERTO LOURENCO FELDMAN:21476963827(Padrão: ICP-Brasil)
ARNALDO LANDI DE SOUZA MELLO:56365420897(Padrão: ICP-Brasil)
REYNALDO DABUS ABUCHAM:22004050810(Padrão: ICP-Brasil)
DEYSE MORENO ANTUNES:(Padrão: ICP-Brasil)
CARLOS ANDRE ARATO BERGAMO:29229274828(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 24 de outubro de 2023

Assinado eletronicamente

José Roberto Ferreira da Silva
Escrevente Substituto

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00211547835772387



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital

1137124TIAD000053355EF23R

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS,
RECEBÍVEIS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos, Recebíveis e Outras Avenças ("**Contrato**"), as partes:

- (1) **EÓLICA SERRA DAS VACAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), em fase operacional, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.931, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP: 01.452-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 28.012.007/0001-42, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 35.300.516.095, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**ESVP**");
- (2) **ENGEFORM DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 5º andar, conjunto 52, CEP 01.452-910, inscrito no CNPJ sob o nº 16.604.261/0001-50, e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.226.784.427 ("**Engeform DI**" e, em conjunto com o ESVP, "**Cedentes**"); e
- (3) **TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados ("**Agente Fiduciário**" e em conjunto com as Cedentes, as "**Partes**", sendo cada uma, individual e indistintamente, uma "**Parte**"), representando a comunhão dos titulares das Notas Comerciais Escriturais (conforme definido no Considerando (A) abaixo) de emissão da ESVP ("**Titulares de Notas Comerciais Escriturais**" e, individualmente, "**Titular de Notas Comerciais Escriturais**");

CONSIDERANDO QUE:

(A) Em 23 de outubro de 2023, as Cedentes, o Agente Fiduciário, a Engeform Participações Ltda., a PEC Energia S.A. celebraram o "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em rito de Registro Automático de Distribuição, da Eólica Serra das Vacas Participações S.A.*", conforme aditado de tempos em tempos ("**Termo de Emissão**"), que estabelece os termos e condições da emissão, pela ESVP, de 200.000 (duzentas mil) notas comerciais

escriturais, em série única, para distribuição pública, pelo rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM n.º 160, de 13 de julho de 2022 (**"Emissão"** e **"Notas Comerciais Escriturais"**, respectivamente), cujos recursos líquidos captados por meio da Emissão serão utilizados pela ESVP para reforço de caixa e investimentos para atendimento de seus compromissos;

(B) As Cedentes celebrarão com o Agente Fiduciário e o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/n.º na Vila Yara, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, que irá realizar os serviços de banco depositário e administrador das Contas Vinculadas (**"Banco Administrador"**), o "Contrato de Prestação de Serviços de Depositário" (**"Contrato de Banco Administrador"**), por meio do qual as Cedentes e o Banco Administrador, com a interveniência do Agente Fiduciário, acordaram, dentre outras disposições aplicáveis, as regras de abertura e movimentação das Contas Vinculadas; e

(C) Adicionalmente às demais garantias da Emissão, como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 2.1 abaixo), as Cedentes concordaram em ceder e transferir fiduciariamente, de forma irrevogável e irretratável, em favor do Agente Fiduciário, representando os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, nos termos e condições aqui estabelecidos, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 2.1 abaixo), sem prejuízo de outras garantias constituídas nos termos de outros instrumentos relativos à Emissão.

RESOLVEM as Partes celebrar este Contrato, o qual será regido e interpretado de acordo com os seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Exceto se de outra forma aqui disposto, termos aqui utilizados com inicial em maiúsculo e não definidos de outra forma (incluindo, sem limitação, no preâmbulo) terão o significado a eles atribuídos neste Contrato ou no Termo de Emissão, aplicando-se a este Contrato, tal como se aqui estivessem transcritas. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter o mesmo significado quando empregados no plural e vice-versa. Todas as referências contidas neste Contrato a quaisquer outros contratos ou documentos significam uma referência a tais instrumentos tal como aditados e modificados e que se encontrem em vigor.

(i) pela ESVP, da totalidade dos direitos creditórios aos quais faz e/ou fará jus referentes aos lucros, dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros frutos ou rendimentos das ações de emissão da: (a.1) **Eólica Serra das Vacas Holding S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 06, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 23.441.056/0001-87 (“**ESVH**”); (a.2) **Eólica Serra das Vacas I S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 18.127.269/0001-07 (“**ESV I**”); (a.3) **Eólica Serra das Vacas II S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 19.224.741/0001-84 (“**ESV II**”); (a.4) **Eólica Serra das Vacas III S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 03, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 19.694.110/0001-29 (“**ESV III**”); (a.5) **Eólica Serra das Vacas IV S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 04, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 19.694.146/0001-02 (“**ESV IV**” e, em conjunto com a **ESVH**, **ESV I**, **ESV II** e **ESV III**, as “**SPES Fase I**”); (a.6) **Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 05, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 24.011.952/0001-79 (“**ESVH II**”); (a.7) **Eólica Serra Das Vacas V S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 08, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 22.357.375/0001-46 (“**ESV V**”); (a.8) **Eólica Serra das Vacas VII S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 02, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 22.193.319/0001-13 (“**ESV VII**” e, em conjunto com a **ESVH II** e a **ESV V**, as “**SPES Fase II**”); (a.9) **Eólica Serra das Vacas Holding III S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 02, CEP 01452-910, inscrita no CNPJ sob o nº 28.228.040/0001-04, (“**ESVH III**”); e (a.10) **Eólica Serra das Vacas IX S.A.**, com sede em São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 4º andar, sala 12, Jardim Paulistano, CEP: 01452-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.029.264/0001-97 (“**ESV IX**”, e, em conjunto com a **ESVH III**, as “**SPES Fase III**”);

(ii) todos e quaisquer direitos creditórios (incluindo receitas) presentes e/ou futuros de titularidade da ESVP, incluindo os Investimentos Permitidos, que venham a ser depositados na conta corrente nº 9736-5,

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

mantida na Agência 3391 do Banco Administrador, de titularidade da ESVP (“**Conta Vinculada Dividendos**”), de movimentação restrita, nas quais serão mantidos e/ou depositados recursos decorrentes das distribuições das SPES Fase I, SPES Fase II e SPES Fase III; e

(iii) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos alugueres dos imóveis de propriedade da Engeform DI, conforme identificados no **Anexo 2.1, (iii)**, ao presente Contrato ("**Imóveis**"), presentes e/ou futuros de titularidade da Engeform DI, incluindo os Investimentos Permitidos, que venham a ser depositados na conta corrente nº 9.750-0, mantida na Agência 3391 do Banco Administrador ("**Conta Vinculada Engeform DI**" ou, quando em conjunto com a Conta Vinculada Dividendos, as "**Contas Vinculadas**"), de movimentação restrita, observado o Fluxo Mínimo definido na Cláusula 3.5 abaixo.

2.1.1.1. A Cessão Fiduciária pelas Cedentes ao Agente Fiduciário, formalizada por meio do presente Contrato, vigorará desde a assinatura deste Contrato até o cumprimento da integralidade das Obrigações Garantidas, restando claro que o seu cumprimento parcial não importa na exoneração proporcional da Cessão Fiduciária.

2.1.2. Não obstante o disposto acima, as Cedentes obrigam-se a praticar todos os atos necessários ao aperfeiçoamento de referida cessão fiduciária em garantia.

2.2. A Cessão Fiduciária é irrevogável e irrevogável, implicando a transferência para o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas, da propriedade fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente com todos os seus acessórios, incluindo respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas e privilégios.

2.3. Até a quitação integral das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 2.1 acima), as Cedentes adotarão todas as medidas e providências no sentido de assegurar que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, mantenha preferência absoluta com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

2.4. Na ocorrência de um Evento de Excussão (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), conforme previsto neste Contrato, os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, poderão (mas não

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

Fluxo Mínimo, não sendo realizado o *Cash Collateral* (conforme abaixo definido), restará caracterizado um Evento de Reforço (conforme abaixo definido), devendo, neste caso, as Cedentes procederem a realização de um Reforço de Garantia (conforme abaixo definido), nos prazos estabelecidos neste Contrato.

3.6.2. Não obstante o disposto acima, em caso de não atingimento do Fluxo Mínimo em qualquer Data de Medição de Recebíveis, as Cedentes poderão depositar na Conta Vinculada Engeform DI o valor equivalente ao montante de recursos necessários para que se atinja o Fluxo Mínimo, em determinado período de apuração ("**Cash Collateral**"). Nessa hipótese, o *Cash Collateral* ficará retido até que seja verificado o cumprimento do Fluxo Mínimo, na próxima Data de Medição de Recebíveis.

3.6.3. As Cedentes somente poderão utilizar a prerrogativa prevista na Cláusula 3.6.2 acima em um único período de verificação, a cada período de 03 (três) meses.

3.6.4. A Engeform DI poderá fazer com que os recursos oriundos da locação de outros imóveis de sua propriedade para terceiros (“**Novos Imóveis**”) passem a transitar pela Conta Vinculada Engeform DI, hipótese na qual deverá o presente Contrato ser aditado em até 10 (dez) Dias Úteis, conforme comunicação a ser encaminhada pela Engeform DI, para inclusão dos Novos Imóveis no **Anexo 2.1, (iii)**, podendo tal aditamento ser formalizado independente da orientação dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais em sede de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais.

4. REGISTRO E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

4.1. As Cedentes obrigam-se a, sendo responsável por todas as despesas incorridas em tais atos:

(i) em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de celebração deste Contrato e de seus aditamentos, entregar ao Agente Fiduciário cópia do protocolo deste Contrato e de cada um de seus aditamentos em cartórios de registro de título e documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Cartório Competente**"), devendo as Cedentes entregarem ao Agente Fiduciário comprovação de tal registro em até 05 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro ou até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protocolo no Cartório Competente, o que for menor, deste Contrato e de cada um de seus aditamentos, conforme aplicável;

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

sem a tanto estar obrigado, e sem prejuízo de caracterizar descumprimento de obrigação por parte das Cedentes, cumprir referida formalidade ou praticar referido ato, sendo certo que todas as respectivas despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, para tal fim serão arcadas pelas Cedentes, nos termos e prazos previstos no Termo de Emissão.

4.4. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente Contrato, o não cumprimento do disposto nesta Cláusula 4 pelas Cedentes não poderá ser usado para contestar a Cessão Fiduciária.

4.5. Nos termos do artigo 1.425 do Código Civil, caso, a qualquer momento até a liquidação integral das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 2.1 acima), conforme aplicável, a garantia prestada pelas Cedentes por força deste Contrato venha a ser comprovadamente **(i)** objeto de qualquer Ônus; **(ii)** cancelada, invalidada ou de qualquer outra forma venha a tornar-se insuficiente, inábil, imprópria ou imprestável ao fim a que se destina ("**Evento de Reforço**"), as Cedentes deverão substituí-la ou reforçá-la para restabelecer o valor suficiente para as Obrigações Garantidas ("**Reforço da Garantia**").

4.5.1. O Reforço da Garantia deverá levar em consideração a eventual redução do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Notas Comerciais Escriturais decorrente de eventuais Amortizações Extraordinárias Obrigatórias, nos termos previstos no Termo de Emissão.

4.5.2. Para o propósito do Reforço da Garantia, as Cedentes deverão:

- (i)** apresentar ao Agente Fiduciário, representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, dentro de 15 (quinze) Dias Úteis contados do Evento de Reforço, bens ou direitos a serem dados para o Reforço da Garantia
- (ii)** caso os bens e direitos oferecidos pelas Cedentes como Reforço da Garantia sejam aceitos pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais, observados os quóruns estabelecidos no Termo de Emissão, celebrar o contrato, o aditamento ou a escritura aplicável, em termos satisfatórios aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis após a aceitação; e
- (iii)** solicitar o cumprimento de quaisquer requisitos legais necessários para a perfeita constituição e aperfeiçoamento da garantia.

5. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS CEDENTES

5.1. Adicionalmente às demais obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Emissão e nos demais documentos da Emissão, pelo prazo em que este Contrato estiver em pleno vigor, cada uma das Cedentes obriga-se a:

- (i) entregar ao Agente Fiduciário, mediante solicitação, quaisquer informações existentes e razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de referida solicitação;
- (ii) fazer com que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, sejam integralmente depositados nas Contas Vinculadas;
- (iii) até a final e total liquidação das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 2.1 acima) e após aberta, não alterar, encerrar, vincular, rescindir ou onerar as Contas Vinculadas;
- (iv) praticar todos os atos legalmente exigidos para manter a presente Cessão Fiduciária existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, até a extinção do presente Contrato;
- (v) manter o Banco Administrador (ou outra instituição equivalente) contratado e o Contrato de Banco Administrador (ou outro equivalente) válido e em vigor durante todo o prazo de vigência deste Contrato, obrigando-se, adicionalmente, a contratar outra instituição competente para prestar tais serviços em caso de rescisão do Contrato de Banco Administrador, bem como aditar o presente Contrato para prever as alterações necessárias, conforme aplicável;
- (vi) permitir e fazer com que o Banco Administrador permita o livre acesso, inclusive eletrônico, do Agente Fiduciário e de seus representantes, para consulta às informações financeiras com base nas quais os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente foram apurados e determinados à distribuição e respectivo depósito nas Contas Vinculadas;
- (vii) permanecer na posse e guarda dos títulos, contratos e outros documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária de tais documentos e obrigando-se a bem custodiá-los, guarda-

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

termos deste Contrato;

(xvi) cumprir as leis, regulamentos e demais normas ambientais (incluindo, mas não se limitando à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA), trabalhistas em vigor relativas à saúde e segurança ocupacional, exceto (a) por aquelas cujo descumprimento esteja sendo questionado de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial e cuja exigibilidade, se juridicamente possível, esteja suspensa por medida administrativa, judicial ou legal; ou (b) por hipóteses em que não possa causar qualquer Impacto Adverso Relevante (conforme definido no Termo de Emissão) nas Cedentes ("**Legislação Socioambiental**");

(xvii) com relação aos empregados das Cedentes, cumprir a legislação e regulamentação em vigor, relativas à inexistência de trabalho infantil e análogo a de escravo, e não adotar ações que incentivem a prostituição e aos direitos dos silvícolas ("**Legislação de Proteção Social**");

(xviii) não constituir Ônus sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, sem a prévia e expressa anuência dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, salvo a Cessão Fiduciária prevista neste Contrato;

(xix) mediante a ocorrência de um Evento de Excussão (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), não obstar (e fazer com que seus administradores não obstem) a realização e implementação, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, de quaisquer atos necessários à excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e à salvaguarda dos direitos, garantias e prerrogativas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, nos termos deste Contrato, devendo cumprir todas as instruções recebidas por escrito do Agente Fiduciário em relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(xx) não questionar em juízo a legalidade, a validade, ineficácia ou a exequibilidade, parcial ou total, das disposições deste Contrato ou da garantia aqui prevista;

(xxi) não revogar a procuração outorgada nos termos do **Anexo 7.5** ao presente Contrato;

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iv) nesta data, os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários ou delegados para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(v) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem, nesta data, seus documentos societários e constitutivos, qualquer disposição legal ou regulamentar, decisão que vincule ou seja aplicável a si, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: **(a)** inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; **(b)** criação de qualquer Ônus, exceto pelo ônus decorrente deste Contrato; ou **(c)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pelas Cedentes, de suas obrigações nos termos deste Contrato;

(vii) é a única, legítima e exclusiva titular e possuidora dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, exceto pela Cessão Fiduciária decorrente deste Contrato, e não foram formalmente citadas em qualquer litígio, ação, processo judicial ou não relacionado aos mesmos, que possa afetar o presente Contrato;

(viii) a celebração deste Contrato é compatível com a sua capacidade econômica, financeira e operacional, de forma que a garantia aqui prevista não acarretará impacto adverso relevante na sua capacidade econômica, financeira e operacional ou na sua capacidade de honrar seus respectivos compromissos e obrigações;

(ix) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, denúncia ou investigação pendente ou iminente no tocante à Legislação Socioambiental, Legislação de Proteção Social e às Normas Anticorrupção do qual tenha conhecimento;

(x) inexistência contra si e suas Afiliadas, investigação, denúncia ou procedimento administrativo ou judicial relacionado a práticas contrárias

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

às Normas Anticorrupção;

(xi) cumprir e fará com que se cumpra irrestritamente, por si, suas controladas, e seus respectivos funcionários e administradores no exercício de suas funções, as Normas Anticorrupção, na medida em que (a) mantém políticas e procedimentos internos que assegurem o integral cumprimento das Normas Anticorrupção; (b) dá pleno conhecimento das Normas Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com as Cedentes, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste Contrato; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não. Após a devida diligência, não conhece a existência contra si, suas controladas, funcionários e administradores, de qualquer investigação, denúncia ou condenação relacionada a práticas contrárias às Normas Anticorrupção. Caso as Cedentes tenham, a qualquer momento, conhecimento de atos ou fatos praticados a partir da presente data, que violem as aludidas Normas Anticorrupção ou impliquem a falsidade, parcialidade ou insuficiência das declarações acima, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário, após devida apuração interna, fornecendo todas as informações necessárias a respeito;

(xii) cumpre, nesta data, a Legislação de Proteção Social, de forma que:

(a) os trabalhadores das Cedentes estão devidamente registrados nos termos da legislação em vigor, se e conforme aplicáveis; e (b) as Cedentes cumprem as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e relacionadas à saúde e segurança públicas em todos os seus aspectos relevantes, se e conforme aplicáveis;

(xiii) cumprir, nesta data, a Legislação Socioambiental, exceto (a) com relação às leis, regulamentos e normas administrativas que não causem um Impacto Adverso Relevante (conforme definido no Termo de Emissão); (b) aqueles descumprimentos que sejam sanados no prazo de cura legal previsto especificamente para a referida obrigação, se aplicável, ou, alternativamente, na ausência de prazo de cura específico, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida; e/ou (c) com relação às leis, regulamentos e normas administrativas que estejam sendo contestadas de boa-fé pelas Cedentes nas esferas administrativa ou judicial e onde se tenha obtido efeito suspensivo da exigibilidade, se juridicamente possível;

(xiv) a procuração outorgada nos termos deste Contrato foi devidamente assinada pelos representantes legais das Cedentes e confere,

validamente, os poderes ali indicados ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais;

(xv) não outorgou qualquer outra procuração ou instrumento com efeito similar à procuração outorgada nos termos deste Contrato a quaisquer terceiros;

(xvi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação contra as Cedentes, pela qual as Cedentes tenha sido formalmente citada, que possa vir a impactar adversamente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; e

(xvii) todas as informações prestadas no presente Contrato são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

7. EVENTO DE EXCUSSÃO

7.1. Mediante a declaração do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais (conforme definido no Considerando (A) acima) ou no vencimento final das Notas Comerciais Escriturais sem, em qualquer dos casos, a quitação integral das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 2.1 acima) ("**Evento de Excussão**"), o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, está, pelo presente Contrato, irrevogavelmente autorizado (independentemente de qualquer direito que as Cedentes possam ter sobre qualquer benefício de ordem ou direito similar, os quais, pelo presente, são expressamente renunciados pelas Cedentes na medida permitida por lei): **(i)** excutir, cobrar, receber, sacar, transferir e/ou apropriar (caso venha a ser permitido de acordo com as leis do Brasil) dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (ou parte deles), ou de qualquer outra forma; **(ii)** cobrar e receber diretamente os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente das respectivas contrapartes, bem como cobrar quaisquer valores decorrentes de pagamentos de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; e **(iii)** no caso de não pagamento as Cedentes de quaisquer quantias devidas pelas contrapartes, usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais diretamente contra a respectiva Contraparte, para receber os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e exercer todos os demais direitos conferidos as Cedentes nos contratos com tal Contraparte.

7.2. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, não terá qualquer obrigação de obter o consentimento prévio das Cedentes para iniciar o processo de excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

Protocolo nº 2.094.687 de 24/10/2023 às 15:21:31h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.088.029** em **24/10/2023** e averbado no registro nº 2.088.028 de 24/10/2023 neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 311,92	R\$ 88,98	R\$ 60,76	R\$ 16,48	R\$ 21,24	R\$ 15,06	R\$ 6,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,97

de representante dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação das Cedentes nesse sentido, entregar, às Cedentes, termo de liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, em forma e conteúdo suficiente para proporcionar a desconstituição/liberação da presente garantia perante as autoridades competentes.

11. NOTIFICAÇÕES

11.1. Todas as comunicações realizadas nos termos deste Contrato devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas: **(i)** no caso das comunicações em geral, na data de sua entrega, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e **(ii)** no caso das comunicações realizadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

- (i) Se para as Cedentes:
- ÉÓLICA SERRA DAS VACAS PARTICIPAÇÕES S.A.**
- Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1931, 4º andar, Jardim Paulistano
- São Paulo/SP, CEP: 01452-910
- At.: Carlos André Arato Bergamo
- Telefone: (11) 3030-7667
- E-mail: carlos.bergamo@pecenergia.com.br/juridico@peceenergia.com.br
- ENGEFORM DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA.**
- Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1931, 5º andar, sala 52, Jardim Paulistano
- São Paulo/SP, CEP: 01452-910
- At.: Arnaldo Landi Mello e Andrea Mara Pirani
- Telefone: (11) 3030-7225 | (11) 3030-7249
- E-mail: superint@engeform.com.br
- andrea.pirani@engeform.com.br

- (ii) Se para o Agente Fiduciário:
TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim

9. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, incidirão juros equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“**Taxa DI**”), acrescida de sobretaxa equivalente a 2,18% (dois inteiros e dezoito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento (“**Juros Remuneratórios**”).O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à fórmula constante do Termo de Emissão.

10. Pagamento dos Juros Remuneratórios: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definido), de Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme abaixo definido) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, o pagamento dos Juros Remuneratórios será realizado semestralmente, sempre no dia 25 dos meses de abril e outubro, até a Data do Vencimento, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de abril de 2024.

11. Amortização do Principal: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo, de Resgate Antecipado Obrigatório, de Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos previstos no Termo de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será integralmente amortizado na Data de Vencimento.

12. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela ESVP aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores devidos e em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”).

ANEXO 7.5

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pela presente procuração, a (i) **EÓLICA SERRA DAS VACAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), em fase operacional, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.931, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP: 01.452-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 28.012.007/0001-42, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 35.300.516.095 ("**ESVP**"); e a (ii) **ENGEFORM DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 5º andar, cong 52, CEP 01.452-910, inscrito no CNPJ sob o nº 16.604.261/0001-50, e na JUCESP sob o NIRE n.º 35.226.784.427, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Engeform DI**" ou, quando em conjunto com a ESVP, as "**Outorgantes**"), neste ato representada na forma de seu contrato social, nomeiam e constituem, em caráter irrevogável e irretratável, a **TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, ("**Outorgado**"), como seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, para, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos, Recebíveis e Outras Avenças*" datado de 23 de outubro de 2023, celebrado entre as Outorgantes e o Outorgado ("**Contrato**");

(i) Independentemente da ocorrência de um Evento de Excussão: praticar qualquer ato, junto ao Cartório Competente, que seja necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a Cessão Fiduciária prevista no Contrato, caso as Outorgantes não o façam nos termos e prazos previstos no Contrato.

(ii) Na hipótese de ocorrência de um Evento de Excussão:

(a) movimentar as Contas Vinculadas (conforme definido no Contrato) para utilizar os recursos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, aplicando-os na amortização e/ou quitação das Obrigações Garantidas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 661 do Código Civil e artigo 19 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada;

